

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Chineses querem refinaria no Brasil](#) 3

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Governo prevê até R\$ 4,65 bi com leilão do pré-sal em junho 2

Título: Chineses querem refinaria no Brasil 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: MP do petróleo põe investimentos de leilão em risco 4

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo prevê até R\$ 4,65 bi com leilão do pré-sal em junho**

Valor será pago em bônus se todos os blocos forem vendidos.

Com oferta de cinco áreas, o próximo leilão de áreas do pré-sal previsto para junho de 2018 terá arrecadação de até R\$ 4,65 bilhões. A resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que autoriza a realização da licitação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União ontem.

Os valores são referentes aos bônus de assinatura dos contratos e serão pagos ao governo federal. Na 4ª Rodada de pré-sal, serão ofertados os blocos denominados de Três Marias, Dois Irmãos, Uirapuru, Saturno e Itaimbezinho, localizado nas bacias de Campos e Santos, dentro da área do pré-sal.

O bloco mais caro será o de Uirapuru (R\$ 2,65 bilhões). O segundo valor mais alto está em Saturno (R\$ 1,45 bilhão), seguido por Dois Irmãos (R\$ 400 milhões), Três Marias (R\$ 100 milhões) e Itaimbezinho (R\$ 50 milhões). Ou seja, se todos os blocos forem arrematados, o governo vai arrecadar R\$ 4,65 bilhões, recursos que entram imediatamente nos cofres públicos.

FATIA DE ÓLEO-LUCRO ENTRE 7% E 22%

Nos leilões de pré-sal, a arrecadação é fixa e vence a licitação quem oferecer maior percentual de lucro, em óleo, para a União, depois de descontados os custos de produção — é o chamado óleo-lucro. Esse óleo será comercializado pelo governo. Nos dois leilões do pré-sal realizados em outubro, o governo arrecadou R\$ 6,15 bilhões, valor menor que os R\$ 7,75 bilhões previstos. Mas houve ágios muito altos no óleo oferecido à União, o que deve significar maior arrecadação futura para o governo.

Para o leilão do próximo ano, os percentuais mínimos de óleo-lucro exigidos pela União são de 22,18% para Uirapuru, 14,12% para Saturno, 16,43% para Dois Irmãos, 8,32% para Três Marias, e 7,07% para Itaimbezinho. A Petrobras não é mais operadora única do pré-sal nem precisa compor todos os consórcios para explorar a área. A estatal, porém, tem preferência nas áreas e poderá manifestar seu interesse em atuar como operadora pelos próximos 30 dias.

O governo manteve os percentuais de conteúdo local (parcela mínima de produto nacional que deve estar nos empreendimentos) estabelecidos para as

rodadas deste ano. Para blocos no mar, o percentual mínimo de conteúdo local obrigatório global será de 18% para a fase de exploração. Para a etapa de desenvolvimento os percentuais serão: 25% para construção de poço; 40% para o sistema de coleta e escoamento e 25% para a plataforma de petróleo.

O CNPE também publicou a resolução que autoriza a realização de leilão de áreas fora do pré-sal em março de 2018. Na 15ª Rodada de Licitações serão ofertados 70 blocos, sendo 49 nas bacias marítimas de Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos, incluindo dois blocos adjacentes a Saturno. Além disso, estão sendo oferecidos 21 áreas nas bacias terrestres do Paraná e Parnaíba. Nesse caso, vence a disputa quem oferecer o maior valor para o governo. Neste ano, nas licitações feitas fora do pré-sal, a União arrecadou R\$ 3,8 bilhões (maior valor já apurado pela Agência Nacional de Petróleo).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Chineses querem refinaria no Brasil

Sinopec negocia construir unidade de até US\$ 10 bilhões no Maranhão

Empresas estatais de petróleo da China e do Irã estão dispostas a construir uma refinaria de petróleo no estado do Maranhão. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Óleo e Gás do ministério de Minas e Energia, Márcio Félix. De acordo com o secretário, as negociações, que foram iniciadas pelo governo do Maranhão, preveem a construção de uma refinaria com capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia, representando investimentos entre US\$ 7 bilhões a US\$ 10 bilhões.

As negociações ainda não foram concluídas, mas, sem revelar o nome, o secretário explicou que o projeto deverá ser executado por uma petroleira chinesa, que poderá ter ainda parceria com empresas de petróleo do Irã e da Índia.

LOCAL ONDE FICARIA PREMIUM I

Um executivo próximo às negociações informou, contudo, que a empresa chinesa que negocia a construção da refinaria é a Sinopec. A estatal chinesa já atua na exploração e produção de petróleo no Brasil associada com a espanhola Repsol. A Repsol/Sinopec é a quarta maior produtora de petróleo no Brasil, com um total de cerca de 94 mil barris por dia de petróleo e gás natural no pré-sal na Bacia de Santos.

A nova refinaria do Maranhão será construída no mesmo terreno onde anos atrás a Petrobras chegou a realizar os trabalhos de terraplanagem para a construção da refinaria Premium I. O projeto foi cancelado em 2015, após o escândalo de corrupção que existia na estatal ser revelado pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Segundo o secretário Márcio Félix, a refinaria usará petróleo brasileiro, e os derivados produzidos serão para atender o mercado interno. Félix participou ontem no Rio da solenidade de posse do novo diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Dirceu Andreolli.

Nas negociações em andamento, uma possibilidade em discussão é a petroleira chinesa fazer parceria com uma empresa iraniana que forneceria para a China, devido à proximidade entre os dois países, o petróleo que hoje a chinesa produz no Brasil e leva para o país. Com isso, segundo o secretário, esse petróleo seria usado na refinaria para atender o mercado brasileiro.

— O assunto ainda não está bem definido, mas seria uma empresa chinesa, que vai construir em parceria com empresários brasileiros e governo iraniano — afirmou o secretário.

Ele explicou que empresas da Índia também estão participando das negociações para possíveis parcerias tecnológicas no projeto. Mas eu diria que o negócio está mais para a China e Irã — destacou o secretário. O secretário lembrou que atualmente o Brasil está importando entre 500 mil e 600 mil barris de derivados de petróleo por dia e, portanto, existe a necessidade de expansão do parque de refino.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko / Idiana Tomazelli / Adriana Fernandes

Título: MP do petróleo põe investimentos de leilão em risco

Empresas terão de pagar R\$ 10 bilhões em dezembro por áreas do pré-sal, mas ainda não sabem como fica a tributação do setor.

As petroleiras que arremataram áreas nos últimos leilões promovidos pelo governo têm de pagar, em dezembro, R\$ 10 bilhões pelos bônus de assinatura um tipo de pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo nas bacias brasileiras. Elas se preparam para fazer o pagamento, no entanto, sem saber como seus investimentos serão tributados.

O Congresso ainda não votou a Medida Provisória 795, que alterou regras de taxaço do setor, inclusive as que desoneram investimentos. Segundo as empresas, essas regras, que integram o Repetro regime aduaneiro especial de

exportação e de importação de equipamentos para a atividade, são as que tornam a produção de petróleo viável no Brasil, dado o alto nível de tributação cobrado aqui.

Por meio do Repetro, as petroleiras afretam plataformas e adquirem outros equipamentos. A MP que prorrogou o regime especial de tributação previsto no Repetro foi aprovada na Comissão especial em outubro, pouco antes do leilão do pré-sal. A medida era considerada fundamental para o sucesso da licitação. Mas ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

Na avaliação do relator, deputado Júlio Lopes (PPRJ), será possível votá-la esta semana. “Vai ser uma batalha grande, o PT vai tentar obstruir”, disse. “Se for aprovada na Câmara, o Senado pode votar até no mesmo dia.” A medida precisa passar pelo Senado antes do dia 15. “Nenhum país tributa investimentos”, disse o secretário executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães.

No Brasil, porém os equipamentos podem custar de 46% a 65% mais por causa dos impostos. Outra prioridade do governo é o novo marco regulatório da mineração, enviado por MP e que também está prestes a caducar. A Câmara já aprovou duas das três propostas que compõem o pacote de medidas para o setor, mas ainda falta a votação no Senado. Todas vencem na terça-feira.

MME / ASCOM .